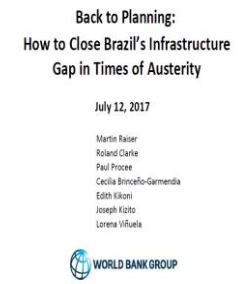
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento das Políticas Governamentais

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

DIAGNÓSTICO DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL



Estudo do Banco Mundial (2017) sobre o hiato de infraestrutura

- Necessidade de **aumento da eficiência** do gasto em infra
- Resgatar a **capacidade de planejamento**, orçamentação e gestão de ativos
- O fortalecimento do setor privado em infra (PPI) precisa ser complementado com maiores esforços em planejamento, pipeline e gestão contratual
- Uso de concessões/PPP requer fortes capacidades no setor público, e não as substitui

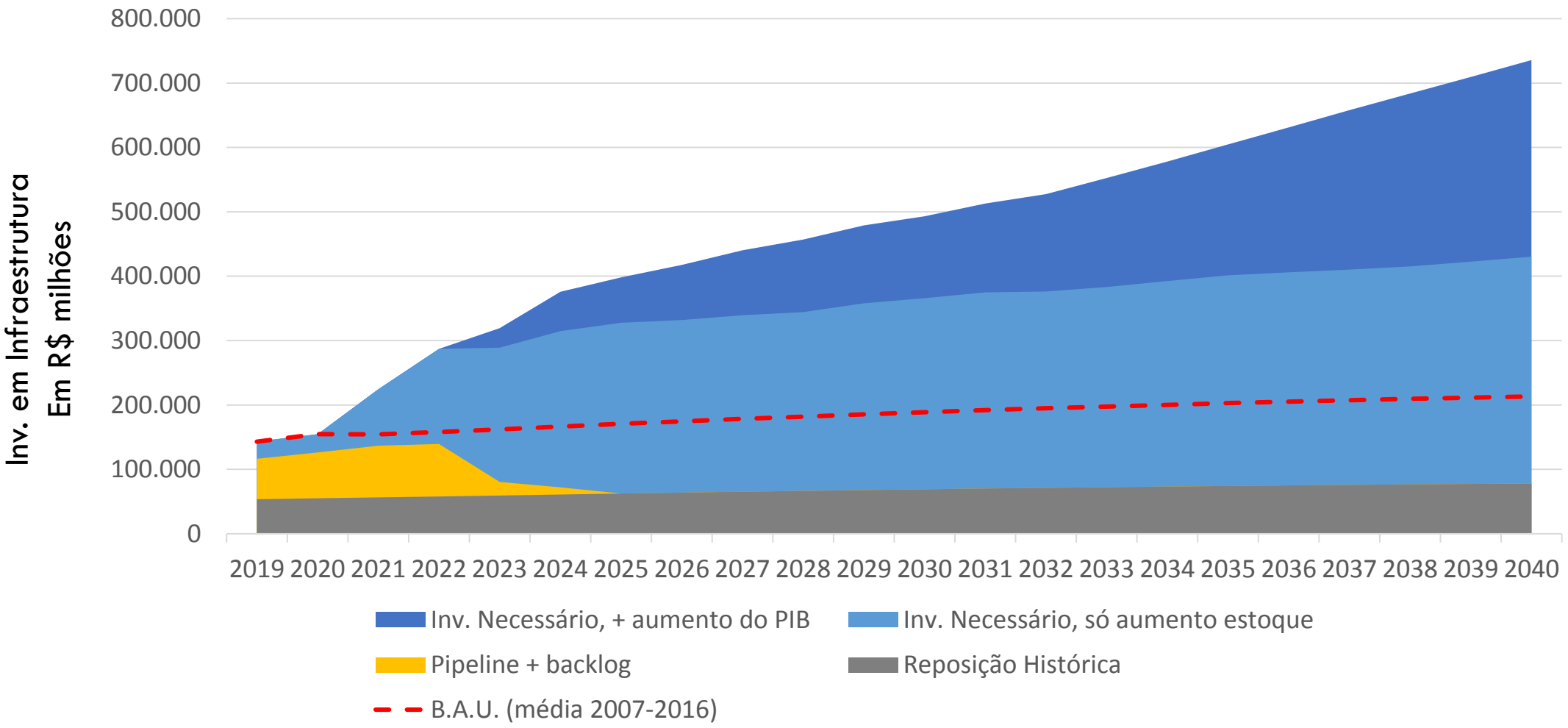
"Relatório PIMA" (FMI, 2018) sobre a gestão de investimentos públicos

- Necessidade de fortalecimento das instituições de gestão do investimento público
- Priorização estratégica e **avaliação/seleção de projetos** são áreas de deficiência significativa
- Implementar arcabouço orçamentário de médio prazo crível
- Reforçar e padronizar procedimentos de preparação e avaliação de projetos

Relatório da SAE (2018) sobre investimentos privados em infraestrutura

- Problemas mais mencionados pelo setor privado incluem:
  - Baixa efetividade do **planejamento de longo prazo**
  - Critérios opacos e inadequados para **seleção de projetos**
  - Deficiências de qualidade na estruturação de parcerias
- Necessidade de aumentar a coordenação do planejamento e a racionalidade na seleção

INVESTIMENTO NECESSÁRIO *VERSUS* TENDÊNCIA HISTÓRICA



OUTROS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- **Concentração** excessiva da Gestão dos Projetos no centro de governo
- Ausência de **planejamento integrado de longo prazo** que oriente o planejamento setorial
- Inexistência de **cadastro de projetos** de investimento estruturado e integrado aos sistemas de orçamento e finanças (PEC 98/2019 e PLP 295/2016)
- Necessidade de **gestão do estoque** de investimentos: só no antigo PAC: R$ 217 bilhões a pagar
- Cerca de 14,4 mil **obras paralisadas** (TCU)
- Necessidade de aperfeiçoamento dos **critérios para seleção e ingresso** de Projetos de Investimentos no Orçamento e no Plano Plurianual
- Inexistência de **processo de análise** de alternativas de estruturação de projetos (Parceria ou OGU)
- Ausência de **instrumentos de avaliação socioeconômica** de Projetos e manuais metodológicos

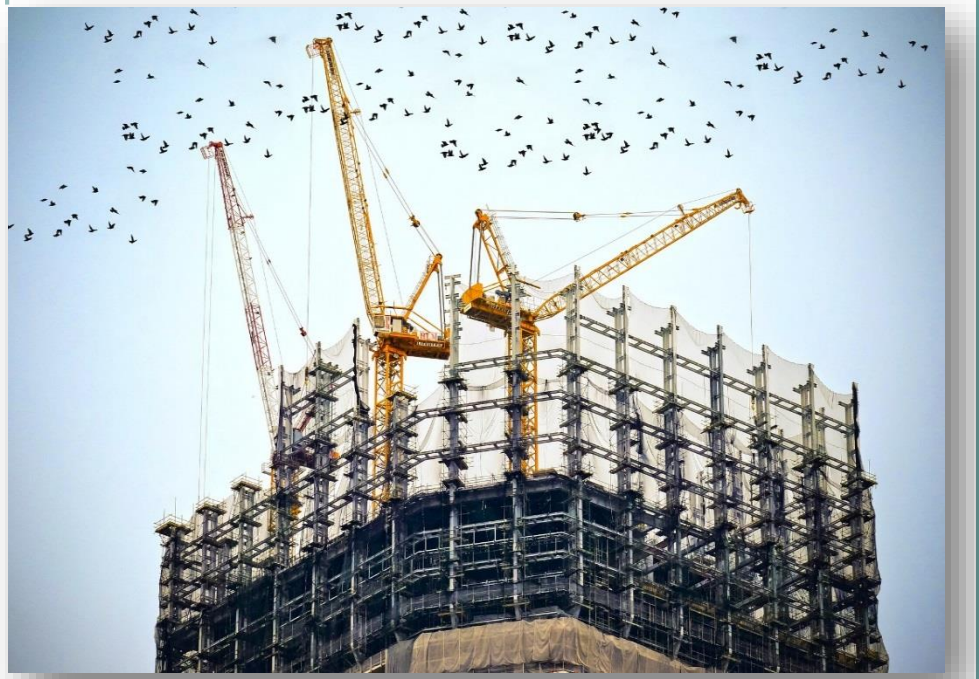
INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

FRENTES DE TRABALHO - AGENDA

Governança de Investimento de Infraestrutura

- Proposta de Desconcentração da Gestão dos Projetos de Investimentos por Decreto
  - Até setembro de 2019
- Critérios para ingresso de Investimentos no orçamento público e tratamento fiscal - SOF/STN
  - Até março de 2020
- Reestruturação da Governança do Investimento Público
  - Proposta de modelo de governança do investimento público envolvendo a identificação de atores, fluxos, processos, marco legal, metodologias e instrumentos (SDI/ME)
  - Até julho de 2020

OBRAS PARALISADAS / INACABADAS - ACÓRDÃO 1079/2019



- Ausência de cadastro de obras;
  - Dificuldade de acompanhamento de obras com recursos OGU
- Ausência de uniformização das informações nos diversos bancos de dados dos órgãos;
  - Dificuldade de identificação e monitoramento de obras paralisadas e justificativas
  - Dificuldade na hierarquização das causas recorrentes de paralisação
- Ações de enfrentamento à obras paralisadas:
  - Portaria 348/2016
  - Portaria Interministerial 350/2019
  - PL nº 3971/2019
- Forte dependência dos projetos a recursos do OGU

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

FRENTES DE TRABALHO - AGENDA

Gestão do Estoque de Investimento de Infraestrutura

- Construção de **Painel de Obras** – SEGES/ME - Até dezembro de 2019
- **Normatização** para solução tecnológica de cadastro de obras – SEGES/ME
  - Até dezembro de 2019 **(* Previsão do cadastro de obras para dezembro de 2020)**
- Estudo de **alternativas para enfrentamento de obras paralisadas** e para incentivo à conclusividade e operação desses empreendimentos – CGU
  - **Termo de ajustamento** para conclusão de obras - Até março de 2020
  - Revisão de **normativos para desburocratização** das transferências voluntárias e incentivos à entrega de obras. (CGU e SEGES/ME)
  - Até julho de 2020
- **Análise de impacto** na capacidade de execução da União dos investimentos plurianuais cujos valores sejam acima de R$ 50 milhões e prazo de conclusão após 2023 - SOF / STN
  - Até julho de 2020

PAINEL DE OBRAS

Painel de obras: Solução de curto prazo para consolidação de dados de obras públicas sem tratamento informatizado. Uso de formulário padronizado para obtenção de dados juntos aos órgãos setoriais.

- Solução temporária
- Informações semestrais
- Centralização de informações de obras
- Interface com órgãos setoriais: formulários padronizados
- Dados dos fornecedores

CADASTRO DE OBRAS

Cadastro de obras: Solução informatizada a ser desenvolvida, integrada com múltiplos sistemas, cuja a função será agregar informações padronizadas sobre obras custeadas com recursos da Administração Pública Federal – APF

- Informações On-line
- Solução informatizada com uso de identificador único ("cpf" da obra)
- Interface com múltiplos sistemas (orçamentário e financeiro)
- Agregação de informações padronizadas
- Monitoramento de obras
- Controle social e fiscalização de obras
- Informações:
- descritivas do projeto / orçamentárias e financeiras / do instrumento contratual / do cronograma / da execução física / de fornecedores

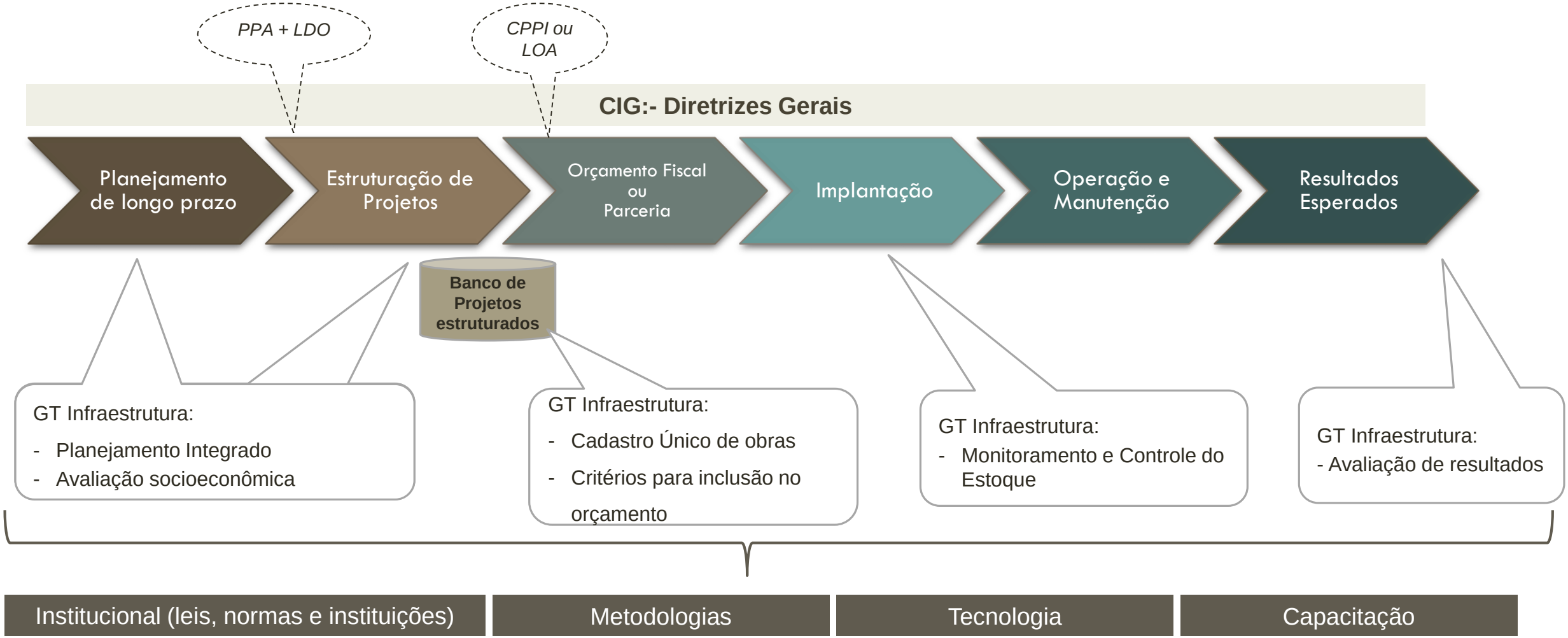
INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

FRENTES DE TRABALHO - AGENDA

Planejamento Integrado de Longo Prazo (SDI)

- Definição de metodologia e parâmetros para análise socioeconômica de projetos.
- Desenho do processo de planejamento integrado de longo prazo de infraestrutura
  - Até julho de 2020

NOVA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURA



PROPOSTA DE DECRETO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DOS INVESTIMENTOS DA LOA

Decreto PAC: CGPAC e Ministérios	Novo Decreto: Ministérios, CIG e Economia
Comitê Gestor do PAC: acompanhamento, supervisão, coordenação das ações. **Grupo Executivo do PAC**: consolida ações, estabelece metas e acompanha os resultados. **Ministério do Planejamento**: Sistema de Monitoramento do PAC – SisPAC, com cadastramento de empreendimentos e liberação de empenho. * **Sistemática revogada**	**Ministérios**: gestão e governança direta dos investimentos do Orçamento: 1. definição de escopo de acordo com o espaço fiscal; 2. exclusão de empreendimentos; 3. todo o monitoramento e execução. **Comitê Interministerial de Governança**: edição de orientações gerais aos ministérios, se cabível. **Comitês Internos de Governança**: auxiliam os ministérios nas questões de governança. **Ministério da Economia (SEGES):** consolida e divulga as bases de dados de investimentos públicos.